



Tatim quer o caos na Celesc

Desde abril a diretoria da Celesc vem imprimindo um novo ritmo ao comando da empresa. O compasso é “à toque de caixa” rumo ao precipício. Os objetivos a serem alcançados são dois. O primeiro é obter o máximo dos cofres da Celesc para salvar a administração estadual. O segundo é cumprir os desígnios do governo federal e vender a empresa.

O discurso planejado para esconder estes dois alvos é o de “reduzir gastos, tornar a empresa competitiva”. Mas os estrategistas do caos celesquiano sabem que, para conseguir isto, precisam enfraquecer a resistência dos trabalhadores e acabar com a imagem da Celesc junto aos catarinenses.

Por isto o plano comandado por Tatim abriu várias frentes. Começa com adiantamentos de repasses do ICMS para o governo Paulo Afonso - a antecipação já passou do mês de agosto - e passa pela confusão administrativa gerada a partir de um conjunto de medidas chamadas de “reestruturação”. As primeiras destas medidas, que incluem o fechamento de pequenos escritórios, já estão sendo tomadas. Elas promovem normas que suspendem a execução de muitas atividades essenciais da empresa, piorando os serviços prestados à população, destruindo assim o bom conceito da Celesc na comunidade.

E, para evitar que este plano seja revelado no dia-a-dia, é importante

restringir o trabalho sindical. Por isto desde junho a Intercel é obrigada a avisar com três dias de antecedência qualquer incursão feita nos locais de trabalho e discriminar o assunto a ser tratado. Se a direção gostar do tema, libera a entrada dos sindicalistas.

OS EXEMPLOS

Em audiência esta semana no Ministério Público a Intercel demonstrou que, ao longo de muitos anos, está sempre presente nos locais de trabalho, discutindo os assuntos que atingem o trabalho dos eletricitários. Enumerou vários problemas que afligem a categoria e vão destruir a empresa (são as iniciativas do plano de reestruturação).

Periculosidade - A diretoria determinou o corte de 2/3 do adicional de periculosidade, “para economizar gastos”. Este adicional porém não é uma remuneração mas o reconhecimento de trabalho onde ocorre risco de vida. Em Florianópolis, por exemplo, técnicos de segurança do trabalho estão sem ter o que fazer por causa disto. Eles não podem entrar em áreas de risco para avaliar se a empresa vem operando com segurança. Além de ferir a Constituição - porque está impedindo empregados de trabalhar - a Celesc obriga os outros trabalhadores a executarem suas tarefas sem a devida supervisão de segurança.

Horas-extra - Outro corte diz respeito a horas extras. Ilustrativo é o

caso de Nova Trento onde os eletricitistas não podem mais trabalhar fora do expediente. Se houver emergências, terão que ser acionados os eletricitistas de Tijucas, aumentando além de custos, o tempo para repor a energia suspensa e diminuindo a confiança no sistema.

Sobreaviso - Este corte tem os mesmos efeitos que o de horas extras. Eletricitistas são designados e pagos para ficarem de prontidão nos finais de semana para urgências. Em Rio do Sul o sobreaviso não está sendo pago mas, por enquanto, os eletricitistas estão mantendo o compromisso, em defesa dos bons serviços que querem ver a Celesc prestando.

Transferência de responsabilidade - Foi exigida a assinatura dos fiscais de Videira num documento em que eles se responsabilizavam por problemas em redes construídas por empreiteiras. Os fiscais disseram que só assinariam após a análise do departamento jurídico do seu sindicato. Diante disto a Celesc recuou.

Punições administrativas - Trabalhadores que dirigem carros da empresa estão sendo coagidos a assinar um documento em que, além de assumirem as responsabilidades por qualquer dano ao veículo, se sujeitam a um escalonamento de punições administrativas. Na primeira batida pagam 20% do prejuízo. Na segunda 40% e levam uma advertência. Na terceira, 60% com suspensão. Em Joinville os

trabalhadores se recusaram a assinar o documento e a trabalhar. A diretoria voltou atrás.

Politicagem - Apesar de estar há 28 anos na empresa, 17 deles na área de operações, Isaltino Pedron, conhecido e respeitado dirigente sindical, foi transferido dia 8 de maio, logo após sua nomeação (dia 22 de março) como presidente do diretório do PPB em Blumenau, para a área de manutenção. De supervisor do COD, Isaltino passou a realizar tarefas burocráticas. “Tentaram me desprestigiar e ofuscar a liderança, mas isto só aumentou a revolta da categoria”.

Foram ainda citados na audiência os casos de extinção do cargo de secretárias de administração em Florianópolis, das férias coletivas, desconto do descanso remunerado de um dia relativo à última greve, eletricitista isolado, pedidos de recurso de equiparação salarial e PCS. Todas estas medidas estão sendo alvo de ações judiciais por parte da Intercel, uma vez que atacam direitos constitucionais dos trabalhadores.

Com tudo isto, o presidente Paulo Tatim teve um lapso psicológico dias atrás e acusou os sindicatos de criarem o caos na Celesc. Ele, estava na verdade falando das suas intenções ocultas. Por isto a Intercel recomenda aos trabalhadores que não aceitem provocações e busquem orientações junto aos seus sindicatos.

BURACO NEGRO - ELOS
Os sindicatos continuam pressionando a Elos para que os participantes inscritos no fundo de 24/01/78 a 07/04/80 sejam aposentados sem a redução no salário complementação nem limite da faixa etária e teto de contribuição. O Projeto de Lei elaborado pelo diretor do Sinergia Hélio Coimbra já foi encaminhado ao Congresso Nacional.

PLR
As empresas se comprometeram a apresentar os novos planos de metas aos sindicatos na próxima segunda-feira, dia 16. Depois de quatro anos discutindo a participação nos lucros e resultados, enfim com o aval da Comissão de Controle das estatais

CONGRESSO FNU
Começa hoje e se estende até domingo em Brasília o 14º Congresso da Federação Nacional dos Urbanitários, que congrega eletricitários e trabalhadores de água, gás e meio ambiente. Além das teses relativas ao programa de ação, será eleita a nova diretoria para o próximo triênio.

CELOS
A Intercel já tem um candidato à vaga no Conselho de Curadores da Celos, escolhido na assembleia da última terça-feira. É Paulo Albuquerque Sá Brito de Florianópolis. A eleição acontece em julho.

VALE
Os novos donos da Companhia Vale do Rio Doce assumiram a empresa nesta segunda-feira e a primeira atitude foi demitir 268 funcionários.

CASAN
Enfim os funcionários da Casan fecharam acordo com o governo. Um dia antes da aprovação do relatório da CPI que pode levar ao impeachment. Eles têm garantia de emprego até o ano 2000 e reajuste salarial de 8,2%.

expediente

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalistas Responsáveis: Marli Cristina Scamozzin (DRT/R\$4966) e Alessandra Mathias (SC 00755 JP). Ilustrações: Frank Maia. Diretoria de Imprensa: Olga Leocádia Vieira. Redação: Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fax (048-224-9104)

Governo na corda bamba

Depois de seis meses de investigação, nesta semana o relatório da CPI das Letras da Assembleia Legislativa do estado foi aprovado por 5 votos a um (o contrário foi de Sérgio Silva, o relator que teve seu trabalho rejeitado por inocentar o governador e o vice). Em 176 páginas o relatório do Deputado Júlio Teixeira do PFL incriminou o governador, o vice José Hülse, o secretário da Fazenda, Paulo Prisco Paraíso, o ex-secretário e atual diretor financeiro da Celesc, Oscar Falk, além do presidente e o diretor financeiro do BESC, Fernando Ferreira de Mello, e Francisco Grossl respectivamente, o procurador geral do estado, João Carlos Von Hohendorff e o executivo de negociação da dívida pública da secretaria da fazenda Marco Aurélio Dutra.

O relatório da CPI condena estas pessoas por concluir que "há evidências de autoria de infrações nas órbitas política, criminal e civil". Paulo Afonso, Hülse e Prisco estão enquadrados nos três tipos de crimes apontados pelo relatório: de responsabilidade, atos de improbidade administrativa (atentatório aos princípios de administração pública, uso de bens públicos em proveito próprio) e crimes comuns (entram aqui a falsificação de documento público, falsidade ideológica, emprego irregular de verbas, falso testemunho, negociação de títulos irregularmente registrados, ilicitude em processo de licitação e desobediência a ordem legal). Oscar Falk se enquadra nos dois últimos. Além destes Júlio Teixeira culpa também o Senador Cassildo Maldaner por falsificação de documento e falso testemunho. "Este é o relato da sociedade catarinense", comentou o Deputado Lício da Silveira.

Durante a aprovação do relatório a posição do Deputado Sérgio Silva revoltou seus colegas de CPI. Com um discurso apaixonado em defesa do vice-governador, julgou indecente o relatório e se retirou da mesa, votando contra. "O deputado subverte a or-

dem. Não respeita os seus colegas que aturaram suas 'esquisitices'. É uma ação inadequada para um parlamentar catarinense", esbravejou Júlio Teixeira. "O Deputado Sérgio Silva esqueceu-se de que as pessoas que ele condenou no seu relatório são subalternas, obedecem ordens", conclui Gilson dos Santos. O relator Júlio Teixeira terminou dizendo que a CPI não pode punir mas apontou as irregularidades. O presidente da Assembleia Legislativa, Francisco Küster (PSDB) encaminhou o processo à Comissão Processante que terá 15 dias para avaliação. O governador e os apontados no relatório terão outros 15 dias para defesa. Cabe ao Ministério Público, às Procuradorias da República e do Estado deflagrarem as ações civis e penais contra os acusados. "Acredito que haverá sim impeachment em Santa Catarina", comenta confiante o deputado Carlito Merss.

Aprovado o envolvimento de Oscar Falk, a Intercel vai entrar novamente com pedido de afastamento do Diretor Financeiro da Celesc.

Ameaças

A probabilidade do afastamento do governo fez com que parlamentares, sindicalistas e até jornalistas fossem ameaçados nos últimos dias. Primeiro foi um ofício anônimo enviado ao presidente da FECESC, Francisco Alano. Depois a presidente da CPI, Ideli Salvati foi cercada por militantes do PMDB na própria Assembleia Legislativa. Carlito Merss do PT e Olisses Santini do PPB só andam cercados por seguranças. E até o jornalista e colunista Moacir Pereira, foi ameaçado quando estava na sala de imprensa da Assembleia. Ele que acompanhou todo o caso das Letras, registrado no seu livro *O Golpe das Letras*, disse que o fato é triste do ponto de vista político e democrático. "Receber constrangimento por querer a verdade e dizer que não tem irregularidade é um absurdo", lamenta o jornalista.

Há duas edições, em entrevista ao LV, comentando o relatório de 1996 da Elos, afirmou que se a Eletrosul mantiver os pagamentos em dia dos compromissos já contabilizados e assumidos, nossas aposentadorias estariam garantidas. Isto seria verdadeiro se a empresa estivesse funcionando normalmente, com contratações e saídas de empregados (por aposentadoria ou não) no mesmo Plano de Custeio e Benefícios da Elos.

Acontece que, por solicitação da Eletrosul, a Elos contratou

consultorias para propor um novo Plano para os novos empregados a serem contratados a partir de 1997 desvinculado totalmente do Plano atual, seguindo orientações do governo no modelo de Plano a ser apresentado.

Em reunião dia 6 de junho com o consultor atuarial da Elos e de várias fundações ligadas ao setor elétrico, José Roberto Montello este afirmou categoricamente que a adoção de um novo Plano só para os novos, inviabiliza o Plano atual. O envelhecimento dos participantes



ESTRANHAS COINCIDÊNCIAS...

A primeira foi a tomada da Assembleia Legislativa por fiéis da Igreja Quadrangular vindos de diversas partes do estado, em apoio ao Deputado Narciso Parizotto, justamente no dia da apresentação do relatório final da CPI. Parizotto é acusado de receber verba do governador o Serviço de Assistência Social da igreja e desviá-las para outros fins inclusive a conta particular às vésperas de trocar de partido: do PFL para o PMDB. Coincidentemente, no momento da apresentação do relatório no Plenário, ocorreu um esvaziamento dos religiosos. O itinerário seguinte do passeio a Florianópolis foi o Palácio do Governo onde, com bandeiras e botons pró governador, ouviram o discurso religioso de Paulo Afonso e do próprio Parizotto. Ingenuamente abençoaram o governador, alguns até emocionados. Enquanto isso, nenhum deputado do PMDB permaneceu na tribuna durante a leitura do relatório.

de um Plano estagnado provoca a corrosão das reservas, com sucessivos déficits, pois apesar de ser um Plano de capitalização, ele precisa ser oxigenado, ter rotatividade e ser compatível com as premissas utilizadas na sua elaboração, no que se refere a tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento de salários, rotatividade, composição de famílias, idade média dos participantes, etc.

O novo Plano proposto, baseado no princípio da contribuição definida, reduzirá a participação da Eletrosul em 1 X 1 e desobrigará a mesma por eventuais déficits, além de não contemplar as aposentadorias especiais. Este Plano ainda não foi aprovado e possui algumas alternativas que ainda não foram estabelecidas.

Ao nosso ver, este

assunto, pela sua gravidade, não pode ficar restrito a discussões na Direção da Elos e Eletrosul ou mesmo do Conselho de Curadores, e sim abrir um debate com todos participantes sobre o seu futuro e quais as saídas que possam garantir o direito adquirido e a expectativa de direitos para os atuais empregados e aposentados e isonomia para os futuros empregados.

FÓRUM FORA PAULO AFONSO

Várias atividades pelo Impeachment do governo estão programadas para este mês. Nesta semana está previsto o seguinte:

Hoje, às 14 horas - ato em frente ao Palácio Santa Catarina. Segunda e terça, dias 16 e 17, das 10 às 18 horas, panfletagem e coleta de assinaturas pelo afastamento do governo, no centro de Florianópolis. Quarta, dia 18, lançamento do painel popular com a posição dos deputados sobre o impeachment, às 13 horas na esquina democrática. Quinta e sexta, 19 e 20, prosseguem as atividades de panfletagem e coleta de assinaturas. Sábado, dia 21, a partir das 10 horas, está prevista uma passeata pelas ruas centrais da capital que sairá da catedral.

Fórum nacional para barrar a privatização

Na última sexta-feira, dia 6, parlamentares, sindicalistas, juristas, jornalistas e outras lideranças, reunidos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, deliberaram pela criação de um núcleo para acompanhamento do processo de privatização dos setores elétricos e de telefonia. A semelhança do que foi criado no processo de privatização da Vale do Rio Doce, este coletivo terá três incumbências básicas:

1 - Esfera Judicial - acompanhar a tramitação das ações judiciais em curso nos casos da Ligth, Escelsa e Cerj. Preparar novas ações contra as privatizações anunciadas. Identificar atos que caracterizem dolo ao patrimônio público, propondo, de imediato ações populares e civis públicas. Trabalhar, sempre, na expectativa de um futuro contexto político-social-econômico mais justo, não se deixando abater pela atual indústria de cassação de liminares que se estabeleceu no judiciário.

2 - Congresso Nacional - propor debates na Comissão de Energia da Câmara dos Deputados, partindo do relatório da Coopers & Lybrand - consultora que preparou a reestruturação do setor elétrico. É consenso no grupo que a complexidade da privatização deste setor é tamanha que as contradições já comecem a aflorar. A ideia é trabalhar tecnicamente esta questão junto aos congressistas.

3 - Opinião Pública - ações em Comissões de Defesa do consumidor (municipais, estaduais e federal) voltadas para a discussão sobre a qualidade dos serviços e tarifas. Serviu de base para esta discussão o Relatório da comissão da Câmara



adotada pelo Governo federal. Afinal, em todo o mundo civilizado os aumentos de tarifas somente são autorizados depois da aprovação de estudos técnicos, planilhas e justificativas econômicas que mostrem ser indispensável o aumento pleiteado pelo prestador de serviço. No caso em questão, está configurado um aumento arbitrário, abusivo, desproporcional e excessivamente oneroso, violando expressamente o Direito Básico do Consumidor, expresso no inciso V do artigo 6º da Lei 8.078, de 1990."

Para Mauro Passos, que também faz parte deste núcleo contra a privatização dos setores elétrico e de telecomunicações, "a reunião serviu para unir novamente as pessoas em torno desta difícil luta que se avizinha. Houve consenso entre os presentes de que, no campo jurídico e social, as condições de se trabalhar são melhores que as enfrentadas pela Vale. Diferentemente do processo da Vale, praticamente toda população é usuária do setor elétrico e parcela significativa usa os serviços de telefonia. A nossa legislação sobre o direito do consumidor é uma das mais atuais e completas do mundo, precisando apenas ser acionada. Nunca tínhamos nos apercebido disto. É uma nova situação. Discute-se, por exemplo, na Assembleia Legislativa carioca a criação de uma CPI voltada para apurar a degradação da qualidade dos serviços e aumento das tarifas após a privatização das empresas públicas daquele estado. Como se vê, abrem-se novos espaços para a luta. Até os resultados eleitorais na França e Grã-Bretanha, a situação caótica na Argentina, servem de estímulo para os que acreditam que se pode barrar tão pernicioso processo."

Preso por querer Reforma Agrária

Na madrugada desta quarta-feira o líder dos Sem Terra José Rainha foi condenado a 26 anos e meio de prisão, acusado de ter participado de dois homicídios. De acordo com entrevista de Lula à Rádio CBN ontem, os advogados do MST colocaram o juri sob suspeita porque era composto, em sua maioria, por fazendeiros.

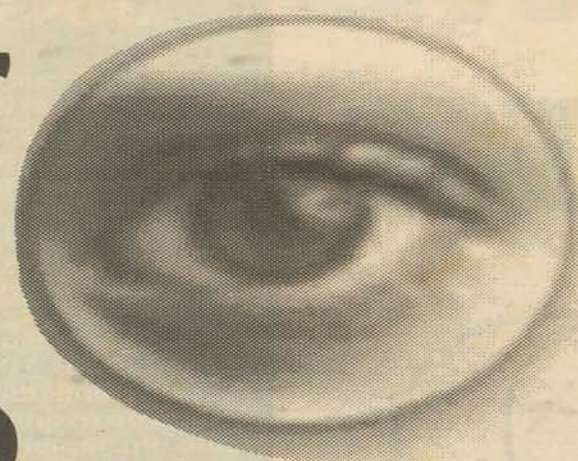
"Foi um julgamento político. O objetivo foi julgar o MST e a Reforma Agrária", comentou Lula levando em conta que Rainha foi condenado mesmo sem ter comparecido ao tribunal nenhuma testemunha de acusação enquanto todas as testemunhas de defesa se fizeram presentes. Um novo julgamento está marcado para 16 de setembro.

Privacidade:

Cada vez mais empresas estão usando vigilância de áudio, vídeo e computadores para monitorar o desempenho de seus trabalhadores

* esta matéria utilizou também depoimentos compilados da revista Newsweek

Cuidado: Big Brother está observando



Se você sentiu o súbito desejo de falar de seu chefe no trabalho ou conversar com seus companheiros ao invés de examinar aquele relatório, um pequeno aviso: não faça isto! Só porque você não pode ver seu chefe isto não significa que ele não pode vê-lo, ouvi-lo ou ler tudo o que você faz nas horas de trabalho.

As burocracias empresariais estão empregando as últimas tecnologias de áudio, vídeo e digitais para que possam manter "na linha" seus trabalhadores.

Os exemplos são muitos:

A Dunkin' Donuts, cadeia de lanchonetes norte-americana, admitiu em 94 que centenas de suas franchises tinham microfones escondidos no teto. A firma afirmou que era para monitorar seus trabalhadores, para vigiá-los de roubos. Mas eles eram utilizados também para outras coisas: alguns empregados, por exemplo, usavam os poderosos microfones - que podem captar uma conversa a 10 metros de distância - para escutar conversas dos clientes.

Na Califórnia, a gerente de um sistema de correio eletrônico de uma empresa de computação assegurou a seus 700 colegas que as mensagens que eles enviavam pelos computadores eram confidenciais. Só que ela descobriu que o supervisor tinha montado um esquema para ler tudo. Ela reclamou e foi demitida por insubordinação.

Dois empregados de um hotel (Sheraton) em Boston, descobriram que eram os atores de um vídeo quando encontraram uma câmara na sala destinada a troca de roupas. O hotel disse que estava vigiando possíveis traficantes. Os dois trabalhadores processaram a rede por violação da quebra de privacidade.

Uma recente pesquisa mundial feita pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu que "técnicas de monitoramento e vigilância à disposição estão tornando os métodos de controle invasivos e levantam sérias questões de direitos humanos". Toda esta tecnologia ameaça dissipar a linha entre supervisão legítima e espionagem repugnante.

São poucas as estatísticas, mas o monitoramento eletrônico está crescendo no mundo inteiro. "Mesmo em países em desenvolvimento, o uso de computadores para observar o desempenho dos empregados está aumentando", diz Michelle Jankanish, autora do estudo da OIT. Nos Estados Unidos a rápida proliferação da automação dos escritórios e a vacilação dos sindicatos permitiram que um número crescente de trabalhadores estejam sob vigilância eletrônica. Apesar de toda conversa tranquilizadora sobre "senha pessoal" e "arquivos particulares". A lei dos EUA diz que tudo o que for escrito num computador de uma empresa pertence ao patrão - seja uma carta a um grande cliente, seja um bilhete para a Tia Frida. "Obcecados por alcançar índices melhores de custo-eficiência, as corporações norte-americanas estão usando tecnologia digital para traçar perfis de como seus trabalhadores de colarinho branco gastam ou não seu tempo criando "valores" para a empresa", relata Michael Shrage, pesquisador do MIT (Massachusetts Institute of Technology).

80% dos trabalhadores norte-americanos das áreas de telecomunicações, seguros, venda de bilhetes aéreos e bancária estão submetidos a monitoramento telefônico e por computador. Em 94 uma reportagem mostrou que no centro de reservas da Delta Air Lines, um sofisticado software observa centenas de vendedores desde o momen-

to em que eles ligam seus fones de ouvido. Entre os dados arquivados estão: a duração de cada chamada que eles respondem, o número de assentos que eles vendem, o tempo entre as chamadas e quanto tempo os aparelhos ficam desligados.

O discurso dos patrões é sempre o mesmo. Eles insistem que manter "vínculos" com os empregados é uma necessidade de quem quer se manter competitivo num mercado global. Dizem que, se usado razoavelmente, o monitoramento eletrônico aumenta a satisfação do cliente e permite que o trabalho seja igualado entre os empregados.

Sindicatos e entidades que defendem a privacidade não aceitam este ponto de vista. Dizem que frequentemente estes sistemas servem apenas para controlar o trabalho e não para mantê-lo. A tecnologia cruzou a linha entre monitoramento do trabalho e monitoramento do trabalhador", diz Cintia Cameron, membro do "9 às 5", uma entidade representante das mulheres trabalhadoras que faz campanhas para limitar este tipo de vigilância. Tom Hammon, antigo agente de atendimento a clientes da conceituada Texas Utilities, conta que uma vez foi repreendido por um chefe por causa das críticas que havia feito sobre seus superiores durante um telefonema a um colega de escritório na hora do lanche. "Eles estão monitorando telefonemas pessoais para descobrir quem é 'dedicado' ou não".

Muitos norte-americanos acreditam que a privacidade no trabalho é protegida pela Constituição. Eles estão errados. A Constituição dos EUA defende o cidadão contra a procura, sem razão, ou feitas pelo governo. Mas não por empregadores privados. As tentativas naquele país para criar uma legislação para a privacidade no local de trabalho acabam sempre sucumbindo.

Já na Europa, poucas leis protegem explicitamente o direito à privacidade no trabalho. Mesmo assim muitos sindicatos europeus ganharam o direito de disciplinar a vigilância ou monitoramento.

No Brasil, o monitoramento no trabalho já tem mais de uma década. "É necessário que se discuta mais esta questão. Por detrás da teoria de que estes dispositivos são utilizados para a segurança da empresa e dos empregados, eles, na prática, tem servido para intimidar os trabalhadores e suas entidades, como ficou provado recentemente no Eletrosul", relata Dinovaldo Gilioli, diretor de Sinergia.

TEATRO

O grupo A de Teatro, in memoriam do ator Ademir Neves, apresenta três espetáculos. Hoje, "Vivo numa Ilha", sexta e sábado "Quatro" e domingo "Mané Gringo Mercoshow". Os espetáculos acontecem às 21 horas no Cine-Teatro do Sesc/Prainha. Sócios do Sinergia pagam R\$ 4,00 com apresentação da carteirinha.

FOTOS E POESIA

Os eletricitários mostram a sua arte. Permanece até sexta-feira no Shopping Beiramar da capital, a exposição de fotos ÁGUAS, de Wilson Coelho acompanhada pelos poemas de Paulo Sá Brito. O resultado é uma feliz conjugação fotopoética. E até domingo, dia 15 o fotógrafo João Schambeck estará expondo uma coletânea de fotos com o tema Costa Rica e suas Belezas. No Centro Comercial Costa Leste, Campeche, também em Florianópolis. Os três são funcionários da Celesc/sede.